



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2023**  
**(Do Sr. BACELAR)**

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para prever o remanejamento, sem aumento de despesas, do produto da arrecadação da loteria federal e da loteria de prognósticos numéricos, a fim de que 1,5% do total seja destinado ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16.....

.....

II - .....

.....

i) 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA);

j) 42,29% (quarenta e dois inteiros e vinte e nove centésimos por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação. ” (NR)



“Art. 15.....

.....

II - .....

.....

h) 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA);

i) 58,5% (cinquenta e oito inteiros e cinco décimos por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação. ”  
(NR)

“Art. 14.....

.....

§ 8º Os apostadores contemplados em qualquer das modalidades lotéricas previstas no parágrafo 1º, somente poderão sacar o prêmio, independentemente do valor, após a sua identificação por meio da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, informação que ficará à disposição da Receita Federal do Brasil, bem como de quaisquer órgãos policiais, de controle ou de fiscalização.” (NR)

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei em comento propõe destinar ao Fundo Nacional da Criança e do Adolescente (FNCA) 1,5% (um e meio por cento) do produto da arrecadação da loteria federal e da loteria de prognósticos numéricos.

Nos termos do art. 227 da Carta Política de 1988, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à



profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesse mesmo diapasão, o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que a garantia de prioridade compreende, dentre outras medidas, a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Nesse contexto, destaca-se a essencial função do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, que, criado pela Lei nº 8.242/91, tem por objetivo captar e aplicar recursos para ações de atendimento às crianças e aos adolescentes. Este Fundo é gerido pelo CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), que a é o principal órgão do sistema de garantia, de promoção e proteção de direitos desse público.

Em face disso, se faz essencial que novas fontes de custeio sejam destinadas a este Fundo de tão importante serventia social, o que sugere a ideia desta proposição, que direciona um baixo percentual dos valores arrecadados nos principais concursos de prognóstico do país à causa infanto-juvenil.

De outro norte, diante de tantas notícias de lavagem de dinheiro em concursos de prognósticos, acresceu-se a previsão de que, os ganhadores de loterias, para que consigam sacar os prêmios, terão que ser identificados, a fim de que, havendo qualquer suspeita de fraude ou crime, sejam seus dados imediatamente franqueados à Receita Federal do Brasil, bem como a quaisquer órgãos policiais, de controle ou de fiscalização.

Sendo assim, na busca da realização da Justiça e em face da extrema relevância da medida aqui proposta, conta-se com o pleno apoio dos Senhores Parlamentares para a rápida aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 2023, na 57ª legislatura.



**Bacelar PV/BA**  
**DEPUTADO FEDERAL**

